

## ESPAÇO AGRÁRIO, MOVIMENTOS SOCIAIS E AÇÃO FUNDIÁRIA NA ZONA CANAVIEIRA DO NORDESTE

Emilia Moreira\*  
Ivan Targino\*\*  
Marilda A. de Menezes\*\*\*

### INTRODUÇÃO

O trabalho analisa as mudanças e permanências no plano econômico e social determinadas pela criação de assentamentos rurais na Zona Canavieira do Nordeste, tendo como horizonte referencial o processo histórico de constituição desse espaço e as lutas sociais pela posse da terra.

Trata-se de um estudo analítico-descritivo, baseado tanto em dados primários quanto secundários.<sup>1</sup> Os dados secundários foram coletados junto às Superintendências Regionais do Incra, aos órgãos de terra estaduais, às prefeituras, aos órgãos municipais, às organizações não governamentais e ao IBGE (censos demográficos, censos agropecuários, produção agrícola

e produção pecuária municipal). As informações primárias foram levantadas através de pesquisa de campo realizada no período de abril a outubro de 2000, envolvendo: a) levantamento de documentação; b) aplicação de 387 questionários junto aos assentados, visando a obtenção de informações relativas a 10% do total das famílias residentes em 25 Projetos de Assentamento selecionados; c) elaboração de perfis dos assentamentos a partir de entrevistas efetuadas com lideranças e pessoas da comunidade, tais como agentes de saúde, professores, antigos presidentes de associações, etc. d) realização de entrevistas em cidades polarizadas pelos assentamentos com comerciantes, feirantes, secretários municipais, prefeitos, gerentes de banco, representantes dos movimentos sociais (federações de trabalhadores, sindicatos, CPT, MST e outros), representantes das igrejas católica e protestante etc.

Em que pese o reconhecimento de que

\* Professora do Departamento de Geociências da UFPB  
emilia@funape.utpb.br

\*\* Professor do Departamento de Economia da UFPB  
ivantargino@bol.com.br

\*\*\*Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFCG  
marildamenezes@uol.com.br

a política fundiária implementada pelo governo federal não constitui um processo de Reforma Agrária no sentido mais restrito do termo, uma vez que não tem implicado em mudanças profundas na organização agrária nacional, mas antes um conjunto de iniciativas voltadas basicamente para a resolução de conflitos, a expressão é utilizada no trabalho como sinônimo do processo de redistribuição fundiária. Não se deve esquecer que as limitações da política agrária brasileira envolvem, inclusive, problemas como carência na infra-estrutura social e produtiva dos Projetos de Assentamento, não distribuição dos títulos de terra e, até mesmo, no mais dos casos, a não demarcação dos lotes. Essas constatações reforçam o argumento da inexistência de um verdadeiro processo de reforma agrária no país (ALENTEJANO: 2002).

A Zona Canavieira do Nordeste é aqui entendida como a porção do território nordestino edificada sob a influência da atividade canavieira, maior expressão até hoje na paisagem sócio-econômica e cultural da região. Ela compreende parte significativa da Zona da Mata assim como o Brejo Paraibano. Essa última área embora apresente algumas diferenciações em relação ao domínio canavieiro da Zona da Mata, como será visto adiante, tem sua história econômica, política e social fortemente influenciada pela cana-de-açúcar (MOREIRA: 1980).

As diferenciações na dinâmica social da luta dos trabalhadores, o adensamento espacial das suas conquistas e o peso da influência externa dos assentamentos permitiu delimitar três subunidades regionais na Zona Canavieira denominadas pela pesquisa de "submanchas": a) Zona da Mata Pernambucana, composta pelos municípios de Goiana, Igarassu, Abreu e Lima, Rio Formoso e Água Preta, em Pernambuco e o município de Maragogi, situado ao norte da Zona da Mata de Alagoas, incluído na Zona da Mata Pernambucana por apresentar vinculações históricas com

essa região no que diz respeito à continuidade territorial, à presença das mesmas usinas e dos mesmos processos sociais e organizativos; b) Zona da Mata da Paraíba, composta pelos municípios de Cruz do Espírito Santo, Sapé, Pitimbu e Pedras de Fogo, e; c) Brejo Paraibano, representado pelo município de Areia. Essas áreas constituíram-se no foco principal da investigação e representam o recorte espacial da Zona Canavieira do Nordeste estudado pela pesquisa. Além delas, algumas cidades da região, polarizadas pelos assentamentos, também foram objeto de investigação: Goiana, Igarassu e Barreiro na Zona da Mata de Pernambuco; Areia no Brejo Paraibano; Sapé, Pedras de Fogo, Alhandra e Cruz do Espírito Santo na Zona da Mata da Paraíba. Nelas, buscou-se, através da pesquisa qualitativa, apreender os impactos dos assentamentos sobre a infra-estrutura, os equipamentos urbanos, o comércio e os serviços.

O artigo compreende mais três seções que abordam: o panorama histórico da luta pela terra e as ações de política agrária implementadas na região; a dimensão fundiária e produtiva da criação de assentamentos; as repercussões da implantação dos Projetos de Assentamento sobre o espaço urbano e as condições de vida da população.

1. Estruturação do espaço, luta pela terra e as ações de política fundiária na Zona Canavieira do Nordeste

O processo de ocupação e povoamento da Zona Canavieira do Nordeste foi comandado pela implantação da plantation açucareira, caracterizada pela monocultura, pela escravidão e pelo latifúndio.<sup>2</sup> O controle sobre a terra, sobre o trabalho e sobre a produção concentrou o poder nas mãos do senhor de engenho, conferindo a essa categoria social a mais longa experiência de controle político-econômico já experimentada na história do Brasil.

Todavia, se o predomínio da cana foi uma constante ao longo da história sócio-

Espaço agrário, movimentos sociais e ação fundiária na zona canavieira do Nordeste

Marilda A. de Menezes  
Emília Moreira  
Ivan Targino

econômica da região, a forma como se organizou esse espaço sofreu modificações significativas, dependendo ora de condicionantes externos (preço e concorrência internacionais) ora de determinantes internos (mudanças nas relações técnicas e sociais de produção). De modo geral, é possível identificar quatro grandes momentos do processo de produção e organização do espaço canavieiro: o do domínio dos Engenhos (do início da colonização ao final do século XIX); o da efêmera experiência dos Engenhos Centrais (final do século XIX e início do século XX); o de dominação da Usina de Açúcar (início do século XX à década de setenta daquele século) e; o de expansão e crise do Proalcool (de 1975 aos dias atuais). Ao longo de todo esse período ocorreram mudanças seja nas relações sociais de produção, seja na intensidade da dominação da cana sobre o uso dos recursos, seja ainda na base técnica da produção.<sup>3</sup>

Apesar das modificações ocorridas, pelo menos dois elementos permaneceram praticamente inalterados desde o início da colonização: a pobreza da população trabalhadora rural e a concentração da propriedade fundiária. Não é de estranhar a persistência dessas duas características da organização social e econômica da "plantation" canavieira, uma vez que é a concentração fundiária, o grilhão que tem acorrentado a população trabalhadora às formas mais variadas de exclusão social, sintetizadas na grave miséria em que tem vivido ao longo desses cinco séculos de latifúndio.<sup>4</sup>

O controle monopolista da propriedade fundiária, historicamente, está na base do processo de exclusão social da população rural. De fato, a falta de acesso à propriedade da terra tem levado o trabalhador rural a se submeter a formas extremas de exploração de sua força de trabalho e a níveis de remuneração insuficientes para a manutenção e para a reposição dos desgastes sofridos pela sua inserção no pro-

cesso produtivo.<sup>5</sup> Tal situação de exclusão e de pobreza suscitou em diferentes momentos, formas de reação da população trabalhadora, consubstanciadas nas chamadas lutas sociais.

A luta pela quebra do controle monopolista da terra na Zona Canavieira nordestina não é um fato novo. Na verdade, ela está presente nas diferentes fases de constituição e consolidação do sistema "plantation", assumindo formas e contornos diferenciados em cada um desses momentos: a luta dos índios contra os colonizadores pelo controle do território; a formação e constituição dos quilombos; a campanha abolicionista; a organização dos movimentos de massa cuja maior expressão foi sem dúvida as Ligas Camponesas e mais recentemente as mobilizações através das lideranças sindicais, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). A luta pela terra, portanto, perpassa toda a história econômica e social da Zona Canavieira, podendo ser entendida como a expressão mais evidente e mais permanente da luta de classes no agro nordestino.

Um fato novo e de fundamental importância em relação aos movimentos sociais rurais é, sem dúvida, o surgimento e o fortalecimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Embora o Movimento tenha surgido no início da década de 80 no cenário nacional (STEDILE: 1997), a sua instalação nos estados do Nordeste só vai ocorrer posteriormente. No caso de Pernambuco, em 1987, um grupo ligado ao Partido dos Trabalhadores criou o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra de Pernambuco (MST-PE), o qual não foi reconhecido pelo movimento nacional. O MST-PE, embora tenha realizado algumas ocupações, acabou por desmembrar-se dando origem ao Movimento dos Trabalhadores (MT), fundado por Bruno Maranhão e com presença mais forte na área entre Alagoas e Pernambuco, e ao Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) cuja atu-

Espaço agrário,  
movimentos  
sociais  
e ação fundiária  
na zona canavieira  
do Nordeste

Marilda A.  
de Menezes  
Emília Moreira  
Ivan Targino

ação é mais visível a partir de 1995. O Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem Terra (MST) só entra em cena na luta pela terra em Pernambuco a partir de 1989, porém uma ação mais efetiva só ocorre a partir de 1994/95. Na Paraíba, a presença do MST se dá a partir de 1989 e tem inicialmente uma atuação restrita à Zona da Mata, posteriormente expandindo-se para o Agreste e o Sertão. Vale chamar a atenção para o fato de que a ação do MST nos estados de Pernambuco e Alagoas é bem mais marcante do que no Estado da Paraíba.

Com a implantação do MST nesses estados, verifica-se a absorção de seus métodos de ação pelos outros agentes sociais. Mais claramente, até a década de 80, a ação da Igreja e do movimento sindical estava centrada seja no suporte à resistência de trabalhadores (moradores, foneiros, parceiros, posseiros, etc.) contra a expulsão da terra em que moravam e trabalhavam a longa data, seja na luta trabalhista (conquistas salariais, regulação do trabalho, etc.). Na década de 90, a luta pela terra deixa de ser uma resistência contra a expulsão e passa a se constituir em conquistas de terra através da constituição de acampamentos e da realização de ocupação de propriedades não produtivas. Essa estratégia passa a ser adotada também pelo movimento sindical e pela CPT.

As forças oligárquicas não assistiram de braços cruzados a esse processo organizativo da classe trabalhadora ao longo do tempo. Fundaram associações, criaram sindicatos, arregimentaram capangas, utilizaram-se do braço policial e jurídico do estado, prenderam e mataram trabalhadores. Na década de 60, aliaram-se à burguesia urbana e ao capital internacional para, através de um golpe de estado, reprimir a "subversão no campo".<sup>6</sup> Durante a Nova República, fundaram a União Democrática Ruralista (UDR), criando uma força para-militar para reprimir a ação dos movimentos sociais.

No que tange ao Estado, sua ação assume uma forma aparentemente contraditória. De um lado, alimenta e sustenta as lutas sociais no campo e, de outro, procura "solucioná-lo".

Enquanto alimentadora das lutas, a ação do Estado se realiza através das políticas fiscais e creditícias (financiamento para compra de propriedade, estímulo à pecuária e às monoculturas, etc.). O que vale dizer que o Estado, na sua função de viabilizador do processo de acumulação do capital, abre os caminhos necessários à exploração da agricultura de modo capitalista. Enquanto "solucionador" dos conflitos, age inicialmente através do seu aparelho repressor (polícia, justiça). Procura garantir o direito de propriedade privada, dissuadindo a reação organizada dos trabalhadores pelas mais diferentes formas. No caso específico da Zona Canavieira do Nordeste, onde o poder em nível estadual historicamente é capturado pelas oligarquias rurais, seu caráter repressor-policial é manifesto, em toda sua pujança, na repressão aos conflitos pela terra. A repressão policial, aliada à morosidade judiciária, leva, em alguns casos, a desistência da luta após uma indenização irrisória.

Só quando essas modalidades de dissuasão não são capazes de desarticular a reação dos trabalhadores é que a solução propriamente dita é ensaiada, através da desapropriação, da compra ou da doação de terras, visando o assentamento das populações envolvidas nos conflitos.

### 1.1. Ação fundiária do Estado e impactos sobre o perfil agrário regional

A ação fundiária do Estado brasileiro tem se constituído numa resposta pontual à luta dos trabalhadores, dependendo da capacidade organizativa e do suporte social que eles conseguem alavancar para a sustentação das suas bandeiras. No período recente, pode-se identificar quatro momentos bem característicos dessa ação do Estado:

a) o período pré-1964: no período ante-

Espaço agrário, movimentos sociais e ação fundiária na zona canavieira do Nordeste

Mariada A. de Menezes  
 Emília Moreira  
 Ivan Targino

rior a 1964, a ação fundiária do Estado brasileiro foi bastante tímida, apesar de toda a arregimentação dos trabalhadores através das Ligas Camponesas. Nesse período, registra-se fundamentalmente a estruturação dos órgãos estatais voltados para a questão agrária tanto em nível nacional quanto em nível dos estados. No nível federal, é criada a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA) que não chegou a ter uma ação efetiva no Nordeste. No nível estadual, destaca-se em Pernambuco a criação da Companhia de Revenda e Colonização (CRC). A CRC ainda conseguiu realizar a desapropriação do Engenho Galiléia, núcleo de difusão da luta dos trabalhadores através das ligas camponesas naquele Estado;

b) o período que se estende de 1964 a 1984: com a instalação do regime militar, é promulgado o Estatuto da Terra, documento que lança as bases jurídicas necessárias para a realização da Reforma Agrária no país. O aparato legal "abre ao Estado um vasto leque de possibilidades de desapropriação por interesse social: áreas beneficiadas por obras públicas; áreas cujos proprietários não conservam os recursos naturais; áreas destinadas à colonização; áreas com elevada incidência de arrendatários, parceiros e posseiros e áreas cujo uso atual não seja adequado a sua vocação" (VEIGA: 1982, p. 25). Convém lembrar que além do aparato legal, os governos militares criaram grandes projetos que tinham como objetivo explícito resolver a questão fundiária, a exemplo do PIN (Programa de Integração Nacional) e do Proterra (Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria no Norte e Nordeste) com provimento de recursos vultosos. Criaram e instalaram também o Geran (Grupo Especial de Racionalização da Agricultura Açucareira no Nordeste), com o objetivo específico de implementar a reforma agrária na região canavieira nordestina. Apesar de todos esses instrumentos, muito pouco foi feito: desapropriação da Usina Caxangá, em 1965 (que deu origem ao Projeto Inte-

grado de Colonização Caxangá), e do imóvel Quatis, na Zona da Mata de Pernambuco; desapropriação de doze propriedades na Paraíba pertencentes à Companhia de Tecidos Rio Tinto que deram origem ao Projeto Integrado de Colonização Rio Tinto, na Zona da Mata Norte, em 1967. No final dos anos 70, em resposta à luta dos trabalhadores sustentada pela Igreja Católica, é que outras desapropriações terão lugar.<sup>7</sup> O Brejo Paraibano foi uma área específica de atuação do Polonordeste, constituindo-se em um dos pólos de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI) daquele Projeto. A atuação, no entanto, do PDRI, conforme orientação da política econômica e de desenvolvimento regional da época, esteve voltada fundamentalmente para as estratégias de desenvolvimento agrícola. A vinculação com a política agrária deu-se antes, no sentido de possibilitar a reconcentração fundiária, através dos financiamentos para a aquisição de terras pelos proprietários utilizando-se dos recursos do Proterra (SAMPAIO: 1984).

c) o período compreendido entre 1985 e 1994: a discussão sobre reforma agrária que na década de 60, girava em torno do aumento da produtividade e do crescimento industrial, de modo a reforçar o modelo de desenvolvimento adotado pelos governos militares, ganha novos contornos, na década de 80. Seu caráter "deixa de ser exclusivamente produtivista e passa a prevalecer a visão da reforma como uma medida de política social, cujos resultados políticos seriam fundamentais para o processo de redemocratização do país" (CAMARGO: 1994, p. 39). Na verdade, era praticamente impossível fugir da pressão das lutas que se desencadeavam em torno da questão da terra no Brasil.

Diante desta nova realidade, a política agrária é retomada pelo Governo Federal com o lançamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e dos Planos Regionais de Reforma Agrária da Nova República (PRRA). Como se sabe, o PNRA da

Espaço agrário,  
movimentos  
sociais  
e ação fundiária  
na zona canavieira  
do Nordeste

Marilda A.  
de Menezes  
Emília Moreira  
Ivan Targino

Nova República foi sendo paulatinamente esvaziado. Os Planos Regionais de Reforma Agrária, que deveriam definir as áreas prioritárias para a execução do que sobra da reforma, por sua vez só conseguiram reproduzir a tendência do PNRA "ao declarar como prioritária a zona rural do Estado, ou seja, a área de todo o Estado e consequentemente de todo o país - o que impedia a concentração de recursos humanos e econômicos numa área delimitada e reduzia o processo a uma solução de caso-a-caso" (CAMARGO: 1994, p. 40).

As implicações da política do Governo Sarney podem ser constatadas no baixíssimo resultado da aplicação do I PNRA - apenas aproximadamente 6% da meta de assentar 1,4 milhões de famílias, em cinco anos, foi cumprida. Esse tímido desempenho também vai ser reproduzido no âmbito dos estados: em Pernambuco, entre 1986 e 1989, foram implantados 25 Projetos, numa área de 17,6 mil hectares, abrigando 1.243 famílias; na Paraíba, os resultados são ainda mais medíocres (13 desapropriações com área total de 9.158 hectares e beneficiando apenas 583 famílias). O fracasso da política fundiária da Nova República foi reforçado pela ação dos proprietários com a criação da UDR e pela crise econômica que se abateu neste período sobre o país.

O esvaziamento do PNRA tem continuidade durante o governo Fernando Collor de Melo. No final de 1992, o Executivo formulava o II Plano Nacional de Reforma Agrária, com o objetivo de assentar 147.000 famílias, em 1993, e 188.007 famílias, em 1994, que seria herdado pela administração Itamar Franco.<sup>8</sup> Como se sabe, essas metas ficaram longe de serem cumpridas. Nos governos Collor e Itamar, a ação do Incra ainda foi mais tímida do que no governo Sarney: em Pernambuco, foram feitas 18 desapropriações, envolvendo 10.620,9 hectares e beneficiando 363 famílias; na Paraíba, foram desapropriadas 11 áreas com 3.105,9 hectares, onde foram alocadas 481 famílias.

d) o período que se inicia em 1995, e se estende até o início do século XXI: este período coincide com o Governo de Fernando Henrique Cardoso. O primeiro ano de sua administração foi marcado por uma atuação bastante discreta na área fundiária.<sup>9</sup> O agravamento, porém do desemprego e do subemprego urbanos, principalmente nas metrópoles nacionais, a degradação das condições de vida em praticamente toda a malha urbana do país, o vigor do movimento pela reforma agrária com destaque para a atuação do MST, o significativo apoio da população urbana à reforma agrária, os impasses verificados no modelo de modernização da agricultura no Brasil, as crises setoriais agudas a exemplo da do subsetor sucro-alcooleiro nordestino, tudo isso recolocou a questão da emergência da Reforma Agrária no Brasil. Por outro lado, os massacres de trabalhadores sem-terra, em Corumbiara e em Eldorado dos Carajás, ocorridos em 1995 e em 1996, trouxeram a questão da terra para as manchetes dos jornais, aglutinando a opinião pública nacional e obrigando o Governo Federal a redimensionar a sua intervenção no campo da política fundiária. Estes fatores compuseram uma conjuntura particular, fazendo com que, pela primeira vez na história, um governo cumprisse as metas fixadas, em termos de uma política agrária.

1.2. A criação dos assentamentos rurais e a participação dos movimentos sociais

Com base no exposto no item precedente, tem-se que a criação dos assentamentos rurais nas áreas objeto de investigação, representam muito mais uma resposta do Estado à pressão dos trabalhadores organizados através dos movimentos sociais, com destaque para a CPT, o movimento sindical e, mais recentemente, o MST e seus desmembramentos, do que à implementação de uma política previamente estabelecida. Nesse processo, como visto anteriormente, foi fundamental a presença de instituições ou entidades que deram suporte estratégico à luta dos trabalhadores.

Espaço agrário, movimentos sociais e ação fundiária na zona canavieira do Nordeste

Mariilda A. de Menezes  
Emília Moreira  
Ivan Targino

Neste item, relacionam-se os assentamentos vinculados ao Incra ou aos órgãos de terra estaduais no conjunto dos estados da Paraíba e Pernambuco, particularizando o caso das "submanchas" da Zona da Mata nos dois estados e do Brejo Paraibano, buscando demonstrar a participação dos movimentos sociais na construção desses PA's.

*1.2.1. A criação dos assentamentos rurais em Pernambuco e sua articulação com os movimentos sociais.*

De 1965 até 1999, foram criados pelo Incra e pelo Governo do Estado de Pernambuco 216 Projetos de Assentamento, aí incluído o PIC-Caxangá, abrangendo 172.326,0 hectares, onde foram assentadas 15.025 famílias. Desses, 78% foram criados pelo Incra (169 Projetos)<sup>10</sup> numa área de 150.986,8 hectares, atendendo 11.414 famílias e 22,0% (47 Projetos) pelo Governo Estadual, através do seu órgão de terra, a Funtepe.<sup>11</sup> Chama a atenção o período de 1996 a 1999 como aquele no qual se deu a criação do maior número de Projetos de Assentamentos pelo Incra: 115 PA's (68,0% de todos os assentamentos criados no Estado desde 1965). Foi também aquele em que o Incra assentou o maior número de famílias (7.766 famílias, isto é, 68% de todas as famílias assentadas no Estado desde 1965).

A quase totalidade desses Projetos de Assentamento resultou da luta de resistência camponesa à expulsão. Nesse processo, a presença de agentes externos de apoio à luta foi fundamental. A participação de setores progressistas da Igreja desempenhou um papel importante. Não obstante a luta pela terra não fosse a principal bandeira do movimento sindical na década de 80, a sua atuação se fez presente em parceria com a Igreja em quase todos os conflitos que resultaram em desapropriação ou compra para efeito de Reforma Agrária no Estado, entre 1985 e 1988. Em relação ao

MST; sua ação até 1994 era ainda muito tímida. Segundo a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE), de 25 PA's criados, entre 1989 e 1992, apenas quatro surgiram a partir de ocupações realizadas sob a orientação do MST e continuam a ele vinculados. Outros quatro, embora o processo de luta tenha sido acompanhado seja pelo movimento sindical, seja pela Igreja ou por ambos, encontram-se hoje vinculados ao MST. As ocupações de terra ganham mais força no Estado, a partir de 1995. De fato, dos 105 PA's criados, entre 1995 e 1999, 46 deles resultaram de ocupações conduzidas pelo MST, pelo MT, pelo MLST ou pelo MST de Pernambuco. Verifica-se também, a partir de 1995, um significativo avanço da participação do movimento sindical na luta pela terra no Estado, desta feita isolado da Igreja da qual foi parceiro nas lutas mais antigas, tendo tido participação na criação de 26 Projetos de Assentamento, até 1999, sendo 21 deles na Zona da Mata.<sup>12</sup> Se de um lado tem-se um crescimento significativo da participação destes novos atores sociais na luta pela terra em Pernambuco, de outro, observa-se uma retração da participação da Igreja. Convém destacar, que os assentamentos situados no município de Maragogi tiveram sua criação relacionada a ocupações conduzidas pelo MST e pelo MT.

Considerando tanto os Projetos de Assentamento implementados pelo INCRA<sup>13</sup> quanto os de responsabilidade da FUNTEPE, observa-se que estão concentrados na Zona da Mata Pernambucana 105 das 216 áreas de assentamento existentes no estado, em 1999 (48,6% do total), congregando 81.456,0 hectares de terra (47,3% da área dos Projetos de Assentamentos rurais do estado) e envolvendo 8.552 famílias, o que equivale a 56,9% do total das famílias assentadas no Estado.

Se a relação for estabelecida apenas entre os Projetos de Assentamento vinculados ao INCRA,<sup>14</sup> a participação dos PA's da

Espaço agrário,  
movimentos  
sociais  
e ação fundiária  
na zona canavieira  
do Nordeste

Marilda A.  
de Menezes  
Emília Moreira  
Ivan Targino

Zona da Mata no total dos PA's existentes no Estado em 1999 passa a ser de 45,0%; a área por eles abrangida representa 44,9% do total e o número de famílias, 53,4% do total das famílias assentadas pelo INCRA no Estado.

A pesquisa obteve informações sobre a ligação dos movimentos sociais com 71 dos 77 assentamentos da Zona da Mata Pernambucana de responsabilidade do INCRA. Destes, apenas dez (14% do total) contaram com a participação da Igreja no seu processo de construção, sendo oito criados entre 1986 e 1990 e apenas dois, entre 1995 e 1997. Entre 1997 e 1999, desaparece completamente a presença da Igreja junto às áreas desapropriadas na região, resultado da virada conservadora na cúpula da Igreja Católica após a renúncia de Dom Hélder Câmara.

Chama a atenção para a forte presença do movimento sindical no processo de construção e no acompanhamento dos assentamentos rurais da Zona da Mata Pernambucana. De fato, dos 71 assentamentos para os quais se obteve informação trinta e sete (52%) tiveram sua origem relacionada à atuação seja dos sindicatos locais seja da FETAPE de forma independente (em 25 áreas) ou em parceria quer com a Igreja (dez) quer com outros movimentos sociais (dois). Vale ressaltar que embora a participação do movimento sindical na luta pela terra na região se faça presente desde os anos 60, ele tem se intensificado expressivamente nos anos recentes: 21 dos 37 assentamentos da Zona da Mata Pernambucana vinculados ao movimento sindical (57%) foram criados entre 1997 e 1999.

Os assentamentos, cuja origem esteve relacionada à ação do MST, do MT, do MST-PE e do MLST, surgem a partir de 1995. São 32 das 71 áreas com informação (45%), sendo que 24 assentamentos (75%) contaram com a atuação do MST, um em parceria com o movimento sindical e um em parceria com o MT; nove áreas

estão relacionadas com a ação do MT, sendo que numa delas o MT atuou em parceria com o movimento sindical; duas áreas estão ligadas ao MLST, uma das quais teve sua origem relacionada ao MST-PE.

No que se refere à distribuição espacial, observa-se que os PA's criados pelo INCRA a partir de 1986, na Zona da Mata, estão concentrados em 32 dos 53 municípios existentes na região (60,4% do total), sendo 36,4% na Zona da Mata Norte e 63,6% na Zona da Mata Sul.

### *1.2.2. A criação dos Assentamentos rurais na Paraíba e sua articulação com os movimentos sociais*

De 1965 até 1999, foram criados na Paraíba 168 Projetos de Assentamento (já incluído o PIC-Rio Tinto criado como Projeto de Colonização), abarcando 151.624,2 hectares, onde foram assentadas 11.336 famílias. Desses 168 Projetos, 85,6% foram instalados pelo INCRA (144 Projetos) e 14,4% (24 Projetos) pelo Governo estadual.

Entre 1986 e 1999, o INCRA criou 138 Projetos de Assentamento com 113.608,3 hectares (75,1% do total da área de todos os PA's criados pelo Governo federal no Estado, incluindo-se o PIC Rio Tinto), beneficiando 8.324 famílias (72,7% das famílias assentadas).

Também na Paraíba, o período de 1995 a 1999 destaca-se como aquele no qual se deu a criação pelo Incra do maior número de Projetos de Assentamentos: 114, o que representa 67,9% de todos os assentamentos criados no Estado desde a instalação do PIC-Rio Tinto, em 1967. Foi também aquele em que o INCRA assentou o maior número de famílias (7.260, isto é, 63,4% de todas as famílias assentadas no Estado desde 1965). A área reformada nesse período (101.344,0 hectares) representa 67,0% do total da área reformada no Estado.

À exceção de algumas áreas adquiridas pelo Governo estadual para a implantação de projetos de irrigação e de alguns imóveis do município de Bananeiras, na

Espaço agrário,  
 movimentos  
 sociais  
 e ação fundiária  
 na zona canavieira  
 do Nordeste

Marilda A.  
 de Menezes  
 Emília Moreira  
 Ivan Targino



região do Brejo Paraibano, onde o processo de compra e venda deu-se por interesse dos proprietários, todas as demais áreas desapropriadas ou compradas para efeito de Reforma Agrária no Estado da Paraíba, entre 1976 e 1996, foram palco de processos intensos de luta camponesa contra a expropriação e a expulsão da terra. A luta de resistência foi, em quase todos os casos, sustentada pela Igreja tanto através dos agentes pastorais ligados à Pastoral Rural (no início dos anos 80) e, posteriormente à CPT, quanto através da cúpula da hierarquia católica (MOREIRA e TARGINO: 1997).

Diferentemente de Pernambuco, onde o MST instala-se desde 1989 e passa imediatamente a atuar, na Paraíba só a partir de 1990, o movimento começa a se organizar e, ainda assim, muito timidamente, cabendo, portanto, à Igreja o principal papel de mediadora/aliada dos trabalhadores nos embates, mesmo depois da sua implantação no Estado. Não se pode obscurecer o papel desempenhado por alguns sindicatos, particularmente na Zona da Mata e no Brejo Paraibano, seja em parceria com a Igreja seja de forma isolada. Merecem destaque os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Caaporã e os de Alagoa Grande e Pilões.

É interessante verificar que durante o Governo Collor de Melo (1990/1992), nenhuma desapropriação de terra ocorreu na Paraíba. Só no Governo de Itamar Franco, é que novas desapropriações para fins de Reforma Agrária voltaram a ter lugar no Estado. Entre 1992 e 1994, ao contrário de Pernambuco, onde não ocorreu nenhuma desapropriação, na Paraíba foram criados seis Projetos de Assentamento pelo INCRA. A partir de 1995, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, multiplicam-se as ações de ocupação de terra conduzidas ora pelo MST ora pela CPT e pelo movimento sindical. A presença à frente da Superintendência do INCRA da Paraíba, de Júlio César Ramalho, um advogado

comprometido com as causas populares e árduo defensor da Reforma Agrária, não só imprimiu credibilidade a um órgão que caíra a longa data no descrédito da classe trabalhadora, como possibilitou a agilização das desapropriações de áreas, cujos conflitos perduravam há longos anos. Seu substituto, um técnico de carreira do próprio órgão, viabilizou as metas anuais do Governo Federal, a partir de 1998 até 2001, embora, por sua falta de tradição no envolvimento com a luta dos trabalhadores, não tenha conseguido estabelecer um diálogo com os movimentos sociais.

Considerando tanto os Projetos de Assentamento vinculados ao Incra quanto os vinculados ao Governo estadual até 1999, observa-se que eles estavam majoritariamente concentrados na Zona da Mata Paraibana. Com efeito, 51,9% dos 156 PA's existentes no Estado até aquele ano estavam situados nessa mesorregião, congregando 67.819,3 hectares de terra (49,0% das terras ocupadas com assentamentos rurais no estado) e envolvendo 5.895 famílias, o que equivale a 55,5% do total das famílias assentadas no Estado. Se a relação for estabelecida apenas entre os assentamentos vinculados ao INCRA, a participação dos PA's da Zona da Mata passa a ser de 43,1%, a área por eles englobada representa 46,5% do total e o número de famílias, 51,2% do total das famílias assentadas pelo INCRA no Estado.

Em 44 dos 57 Assentamentos vinculados ao Incra na Zona da Mata (77%), registra-se a presença da Igreja no apoio à luta dos trabalhadores seja de forma isolada (em 39 áreas) seja em parceria com o movimento sindical (5 áreas) ou com a UFPB (1 área). O movimento sindical, além da parceria com a Igreja na condução da luta que resultou na criação de cinco Projetos de Assentamento, atuou isoladamente em outras quatro áreas. A atuação do MST na Zona da Mata Paraibana, como já foi anteriormente demonstrado, é ainda bastante tímida. Apenas sete assentamen-

Espaço agrário,  
movimentos  
sociais  
e ação fundiária  
na zona canaviêira  
do Nordeste

Marilda A.  
de Menezes  
Emília Moreira  
Ivan Targino

tos (12,3% do total) são assistidos pelo Movimento na região. A UFPB atuou em dois conflitos que deram origem a assentamentos rurais na Zona da Mata, ambos no município de Cruz do Espírito Santo.

Apenas cinco assentamentos assistidos pelo Governo do Estado situam-se na Zona da Mata Paraibana. Em quatro deles, a Igreja teve um papel importante durante a luta. No assentamento Muitos Rios, atuaram em parceria o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caaporã e a Igreja. O conflito que deu origem ao assentamento de Salgadinho em Alhandra teve inicialmente a participação do movimento sindical, porém posteriormente a Igreja também passou a atuar nesta área.

No que se refere à distribuição espacial dos assentamentos, observa-se que os 57 PA'S criados pelo INCRA na Zona da Mata Paraibana estão concentrados em 16 dos 30 municípios existentes na região (53,3% do total), sendo sete na Zona da Mata Norte (12,3%), vinte e três (40,3%) na Zona da Mata Central e vinte e sete (47,4%) na Zona da Mata Sul.

Na região do Brejo Paraibano, estão situados 44 Projetos de Assentamento vinculados ao INCRA e ao Governo estadual, o que corresponde a 28,8% do total dos PA's existentes no Estado, totalizando 24.390 hectares (16,2% das terras ocupadas com assentamentos rurais na Paraíba) e abrindo 2.282 famílias, o que equivale a 20,2% do total das famílias assentadas no Estado.

São 35 assentamentos ligados ao INCRA no Brejo Paraibano. A participação dos PA's do Brejo no total dos PA's existentes no Estado é de 24,3%; a área por eles abrangida representa 14,9% do total da área dos assentamentos e do total das famílias assentadas pelo INCRA no Estado 20% estão no Brejo.

Só foi possível obter informações sobre a articulação de 22 PA's do Brejo com os movimentos sociais. Desses, a Igreja atuou em vinte (91%), sendo que em cinco fez

parceria com o movimento sindical, em dez, atuou conjuntamente com grupos da Universidade Federal da Paraíba e em um, o Assentamento Santa Vitória, a CPT sustentou o início da luta, sendo substituída pelo MST que ocupou a área, tendo pouco depois dela se retirado.

Em sete dos nove assentamentos criados pelo Governo do Estado da Paraíba no Brejo, a Igreja atuou acompanhando e dando sustentação à luta tanto sozinha como ao lado do movimento sindical e da UFPB. O conflito que deu origem ao assentamento Engenho Mares em Alagoa Grande foi sustentado pelo sindicato local.

Com base no exposto, conclui-se que a ação fundiária do Estado na Zona Canavieira do Nordeste, como de resto, no território nacional, não se constituiu até o final do Governo FHC, num programa de Reforma Agrária participativo, nem mesmo numa política pública baseada em planos pré-estabelecidos de assentamento da população. Essa ação, objetivamente, só se deu em resposta à pressão dos movimentos sociais em áreas, como foi demonstrado, em que as formas de dissuasão adotadas pelo Estado não foram capazes de fazer recuar a luta dos trabalhadores. Daí a concentração de assentamentos rurais nas regiões onde a atuação dos movimentos sociais é mais significativa e a organização dos trabalhadores tem maior tradição de luta, coincidindo justamente com áreas de forte concentração fundiária, de domínio da atividade monocultora (a exemplo da cana-de-açúcar) e de forte pressão demográfica como verificado na Zona Canavieira nordestina.

## 2. Dimensão fundiária e produtiva da criação de assentamentos rurais na Zona Canavieira do Nordeste

A análise dos dados censitários de 1985 e 1995, relativos à estrutura fundiária, não é capaz de captar o impacto dos assentamentos sobre o padrão distributivo da propriedade fundiária regional por duas razões básicas: primeiro, foram poucos os Projetos

Espaço agrário, movimentos sociais e ação fundiária na zona canavieira do Nordeste

Marilda A. de Menezes  
Emília Moreira  
Ivan Targino

de Assentamento instalados até a data do último censo agropecuário; segundo, como até aquela data na maioria dos assentamentos não tinham sido distribuídos ainda os respectivos títulos de propriedade, o censo registrou a unidade integral dos estabelecimentos desapropriados nas suas respectivas classes de área. Dois procedimentos foram adotados para tentar, pelo menos parcialmente, compensar essa limitação dos dados secundários: estimativa da participação das áreas desapropriadas na área total dos estabelecimentos agrícolas dos municípios, e; cálculo estimado dos efeitos das desapropriações sobre o índice de Gini.

A estimativa da participação das áreas desapropriadas na área total dos estabelecimentos agrícolas dos municípios permitiu identificar três situações distintas como se pode observar pelos dados da Tabela 1, a saber: a) municípios onde o impacto da política agrária sobre a estrutura fundiária é pouco significativo, a exemplo do que ocorre em Goiana, Igarassu e Rio Formoso, onde a taxa de participação variou entre 1 e 4%. No caso de Rio Formoso, no entanto, a partir de 1998, foram desapropriados mais 2.026,0 hectares elevando o percentual das áreas desapropriadas para 9,4%, enquanto em Goiana e Igarassu, o quadro permaneceu praticamente o mesmo; b) municípios onde o impacto da política agrária sobre a estrutura fundiária tem significância média, como é o caso de Areia, Água Preta e Sapé. Nesses municípios, a par-

ticipação das áreas desapropriadas no total da área dos estabelecimentos variou de 7 a 15%. Em Sapé e Areia, essa taxa será acrescida com novas desapropriações realizadas a partir de 1998, e; c) municípios onde o impacto da política agrária sobre a estrutura fundiária teve alta significância. Estão aí incluídos os municípios de Cruz do Espírito Santo, Pedras de Fogo, na Paraíba, e Abreu e Lima, em Pernambuco. Neles, a taxa de participação em análise situou-se entre 33 e 57%.

Em nível do conjunto da região, o impacto da política agrária sobre a estrutura fundiária pode ser considerado médio. No caso das sub-regiões, o maior impacto observado foi na Zona da Mata Paraibana (ver Tabela 1).

Para estimar os efeitos das desapropriações sobre o índice de Gini, utilizou-se uma metodologia que consistiu nos seguintes passos: a) considerou-se os dados da estrutura fundiária levantados pelo censo agropecuário de 1995/96, segundo as classes de área, como a base sobre a qual se fez incidir as modificações decorrentes das desapropriações; b) subtraiu-se, de cada classe de área, o número e a área dos imóveis desapropriados; c) a área de cada imóvel desapropriado foi dividida pelo respectivo número de famílias assentadas; d) os resultados obtidos no item "c" foram incorporados aos grupos de áreas correspondentes, do censo de 1995-96; e) a partir desses dados,

Espaço agrário,  
movimentos  
sociais  
e ação fundiária  
na zona canavieira  
do Nordeste

Marilda A.  
de Menezes  
Emília Moreira  
Ivan Targino

Tabela 1- ZONA CANAVIEIRA DO NORDESTE: PARTICIPAÇÃO DAS ÁREAS DESAPROPRIADAS NA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS

SUBMANCHA/ MUNICÍPIO/	ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS EM 1995/96 (A)	ÁREA DESAPROPRIADA ENTRE 1986 E 1997 (B)	
SUBMANCHA DA ZONA DA MATA PARAIBANA			
Pedras de Fogo	27.577	4.363,5	15,8
Cruz do Espírito Santo	11.577	4.819,0	41,6
Pitimbu	5.472	3.120,3	57,0
Sapé	22.241	2.498,3	11,2
SUBTOTAL	66.867	14.801,1	22,1

continuação

SUBMANCHA/ MUNICÍPIO/	ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS EM 1995/96 (A)	ÁREA DESAPROPRIADA ENTRE 1986 E 1997 (B)	B/A*100
<b>SUBMANCHA DA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA</b>			
Abreu e Lima	2.843	956,0	33,6
Igarassu	23.469	460,0	1,9
Goiana	38.160	1.510,0	3,9
Água Preta	38.296	5.801,2	15,1
Rio Formoso	37.943	1.527,0	4,0
Maragogi	23.430	4.285,2	18,3
<b>SUBTOTAL</b>	<b>164.141</b>	<b>14.539,4</b>	<b>8,8</b>
<b>SUBMANCHA DO BREJO PARAIBANO</b>			
Areia	25.874	2.047,3	7,9
<b>SUBTOTAL</b>	<b>25.874</b>	<b>2.047,3</b>	<b>7,9</b>
<b>ZONA CANAVIEIRA</b>	<b>256.882</b>	<b>31.387,80</b>	<b>12,2</b>

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 1995-96; Inkra. Relação das áreas desapropriadas entre 1965 e 2000

foi calculado o índice de Gini, tendo como base os dados censitários de um lado, e os dados ajustados, de outro.<sup>15</sup> Esse procedimento foi aplicado aos casos de Cruz do Espírito Santo e Pitimbu, municípios onde o impacto das desapropriações sobre a estrutura fundiária teve alta significância e de Goiana e Igarassu, municípios onde o impacto das desapropriações sobre a estrutura fundiária foi pouco significante. Em Cruz do Espírito Santo, o índice de Gini referente ao ano de 1995-96, a partir dos dados censitários, era de 0,857, enquanto que o calculado com base na estrutura fundiária estimada cai para 0,412, experimentando uma redução de 52% no valor do índice de Gini de 1995-96. Em Pitimbu, o índice de Gini estimado também apresenta diminuição em relação ao calculado com base nos dados censitários: de 0,498 cai para 0,328, o que significa uma redução da ordem de 34%. Já em Goiana e Igarassu, embora se perceba um declínio dos índices, este foi insignificante: em Goiana, o índice obtido com base nos dados do censo foi de 0,951 e o estimado foi de 0,922, o que implica numa queda de apenas 3,0%; em Igarassu, o índice calculado a partir dos dados do censo foi de 0,885 e o estimado de 0,869, exprimindo uma redução do índice de Gini de concentração da terra ainda menor do que o

observado para Goiana, de somente 1,0%.

Do exposto, conclui-se que a repercussão da política agrária do Governo, expressa através da desapropriação de terras e da criação de Projetos de Assentamento, sobre a estrutura fundiária, depende da intensidade do processo desapropriatório. Como este último deu-se de forma bastante diferenciada entre os municípios da região, as modificações no padrão distributivo da propriedade fundiária tenderam a apresentar diferentes graus de intensidade entre os diversos municípios. Por outro lado, considerando os resultados dos procedimentos adotados, pode-se afirmar que apesar da conquista de frações importantes do território pela agricultura familiar, a execução da política agrária do Governo ainda está longe de romper com o monopólio da terra na Zona Canavieira do Nordeste. O espaço canavieiro ainda permanece como um espaço de reprodução do capital agroindustrial, subordinado, portanto, aos interesses de sua valorização. No entanto, a presença da agricultura familiar impõe mudanças no jogo de interesses e de poder que aí se desenvolve. A dominação do latifúndio já não se dá de forma tão absoluta quanto a registrada em um passado recente, quando ainda era pertinente a velha observação de Antonil: "ser senhor de en-

Espaço agrário,  
movimentos  
sociais  
e ação fundiária  
na zona canavieira  
do Nordeste

Marilda A.  
de Menezes  
Emília Moreira  
Ivan Targino

genho é um título que muitos aspiram, pois traz consigo o ser obedecido e respeitado por todos<sup>9</sup>. A utilização das velhas casas grandes como sede de associação de trabalhadores é simbólica das mudanças nas relações de poder e de mando que estão em curso e que redefinem as forças em confronto nos novos territórios em formação.

No que se refere à dimensão produtiva da criação dos assentamentos rurais, vale lembrar que a organização do espaço agrário na área em estudo esteve historicamente relacionada à atividade canavieira. O peso desta atividade, porém, nunca foi igual em todos os subespaços que a compõem: na Zona da Mata de Pernambuco e da Paraíba, embora a produção canavieira dominasse o sistema de uso do solo, era possível encontrar outros sistemas agrários baseados na criação extensiva de gado combinada com a policultura alimentar, e a produção de matérias primas; no Brejo, a cana de açúcar tradicionalmente partilhou o espaço com a policultura alimentar e culturas comerciais como o algodão, o sisal, o café e com a atividade pecuária (MOREIRA e TARGINO: 1997). A implantação do Proalcool, em 1975, foi determinante para promover a homogeneização desses espaços agrícolas através da expansão da cana sobre aquelas atividades. Na Zona da Mata, o avanço da cana só foi contido nas áreas onde a resistência camponesa foi mais forte e os conflitos impediram sua marcha. No Brejo, ela disputou o território com o pasto plantado, uma vez que nessa área assistiu-se concomitantemente à expansão da cana, um intenso processo de pecuarização (MOREIRA e TARGINO: 1997).

A partir de 1986, porém, com a crise do Proalcool, observou-se um recuo tanto da área cultivada com cana quanto da quantidade colhida em praticamente toda a Zona Canavieira nordestina. Esse processo agravou-se, nos anos 90, em decorrência do fechamento de muitas usinas de açúcar ali existentes e do avanço das conquistas

de terra pela classe trabalhadora (MOREIRA e TARGINO: 1997). Esse comportamento declinante da produção de cana-de-açúcar é observado em nível das sub-regiões, objeto de investigação pela pesquisa.

Na sub-região da Zona da Mata da Paraíba, a área cultivada e a quantidade produzida de cana-de-açúcar que haviam crescido de forma significativa entre 1970 e 1985, declinam sensivelmente a partir de então. Em 1985, os municípios que compõem esta região produziram 3.902.000 toneladas de cana em 62.600 hectares de terra. Em 1990, a área cultivada com esse produto cai para 39.790 hectares, o que representa um decréscimo da ordem de -57,3% em 5 anos. A quantidade produzida, em 1990, foi de 2.931.000 toneladas o que equivale a uma queda, em relação a 1985, de 24,9%. Comparando-se o desempenho da produção e da área cultivada com cana, entre os anos de 1990 e 1997, constata-se um declínio da ordem de, respectivamente, -50,5% e -30,0%.

Da mesma forma que na sub-região da Mata Paraibana, a área cultivada e a quantidade produzida de cana-de-açúcar na sub-região da Mata Pernambucana, que também haviam se expandido significativamente, entre 1970 e 1985, declinam sensivelmente a partir de então. Em 1985, os municípios que compõem essa sub-região produziram mais de quatro milhões de toneladas de cana em quase 80 mil hectares de terra. Em 1995, eles produziram um pouco mais de 2,5 milhões de toneladas de cana em menos de 60 mil hectares, o que representa uma redução em termos de produção e área, em relação a 1985, da ordem de 37,0% e 20,0%, respectivamente (IBGE: 1985 e 1995-96). Comparando-se o desempenho da cana-de-açúcar nessa região, em 1990, com o alcançado em 1997, verifica-se um declínio da produção da ordem de 27,8% e da área cultivada de 33,9%.

O recuo anotado na produção e na área cultivada com cana, embora significativo,

Espaço agrário, movimentos sociais e ação fundiária na zona canavieira do Nordeste

Marilda A. de Menezes  
Emília Moreira  
Ivan Targino

não rompeu com o seu domínio secular sobre a região. De fato, nos anos de 1997 e de 1998, mais de uma década após o início da crise do Proalcool e já contando com um avanço significativo da conquista de frações do território pela pequena produção familiar "reformada", a cana, embora continuasse demonstrando um desempenho declinante, ainda ocupava a maior parcela da área plantada com os principais produtos agrícolas nas sub-regiões da Zona da Mata da Paraíba e de Pernambuco (79,5% em 1997 e 74,7% em 1998).

Das sub-regiões da Zona Canavieira do Nordeste, foi a do Brejo que presenciou a mais forte retração da atividade canavieira, nos anos 90. Entre 1990 e 1997, a redução da quantidade produzida e da área cultivada com cana foi da ordem de, respectivamente, 77,5 % e 70%. A participação desta lavoura, no total da área plantada do conjunto das principais combinações agrícolas regionais, cai de 46,6%, em 1990, para 13,5%, em 1997.

No que tange às áreas de assentamento, constatou-se que era a cana-de-açúcar a forma anterior de uso produtivo do solo e que em nove dos vinte e cinco PA's investigados (36,0% do total) ainda se planta cana. São eles: Camurim Grande e Souza no município de Água Preta; Dona Helena e Massangana I em Cruz do Espírito Santo; Massangana em Maragogi; Campo Verde em Pedras de Fogo; Amaragi e Engenho Cipó em Rio Formoso e Boa Vista em Sapé. Entre eles, destacam-se os PA's de Camurim Grande e Souza, pois neles a cana ocupava 41,4% e 40,8% da área plantada, respectivamente. Na safra de 1998/1999, estes nove PA's produziram 2.491 toneladas de cana em 78,2 hectares. Esta área cultivada com cana representa 4,3% da área plantada com todos os produtos das lavouras permanente e temporária nos PA's objeto de investigação na região e 15,6% da área plantada dos PA's onde a cana foi cultivada. Os PA's com a produção mais expressiva locali-

zam-se na Zona da Mata Sul de Pernambuco.

Na verdade, a produção de cana para o conjunto dos PA's da Zona da Mata é insignificante. Ela representou na safra de 1998/99 apenas 0,8% do total da área cultivada com cana e 0,05% do total da cana produzida em todos os municípios objeto de investigação na região. Em alguns casos, a cana presente no Projeto de Assentamento constitui apenas um "resíduo" do canavial existente no imóvel quando de sua desapropriação. Em vários assentamentos, a venda da cana colhida possibilitou a aquisição de trator.

No Brejo Paraibano, embora as terras dos assentamentos pesquisados fossem anteriormente reduto da cana produzida pela Usina Santa Maria, não existe hoje nenhum hectare de cana neles plantado. Isto se explica pelo fato da desapropriação das terras só ter ocorrido após vários anos do fechamento da usina, de modo que os canaviais já se encontravam extintos.

Em suma, no que tange aos impactos da política agrária sobre a atividade canavieira desenvolvida na região, observa-se a partir da análise efetuada que, de fato, nas áreas antes consagradas à cana-de-açúcar que foram convertidas em Projetos de Assentamento, ocorreu uma reconversão do padrão dominante da forma de uso do solo com a nítida retração e até o total desaparecimento da cana.

Esse recuo da atividade canavieira, apenas parcialmente, pode ser atribuído à expansão da fronteira da agricultura familiar resultante da criação de assentamentos. Na verdade, ela é muito mais uma consequência da crise da atividade decorrente do desmantelamento do Proalcool, principalmente nas áreas de domínio do setor arcaico da economia açucareira regional. Tal comportamento ainda está muito longe de representar uma mudança generalizada no padrão dominante de utilização da terra na Zona Canavieira do Nordeste. Este fato confirma-se quando se verifica que, em 1998, a cana ainda participava com 80,0%

Espaço agrário,  
 movimentos  
 sociais  
 e ação fundiária  
 na zona canavieira  
 do Nordeste

Marilda A.  
 de Menezes  
 Emília Moreira  
 Ivan Targino

do total da área cultivada com as principais lavouras alimentares e matérias-primas produzidas na sub-região da Zona da Mata de Pernambuco; com 86,1% do total da área cultivada com as principais lavouras alimentares e matérias-primas produzidas na sub-região da Zona da Mata Paraibana, e; com 79,0% do total da área cultivada com as principais lavouras alimentares e matérias-primas produzidas na Zona Canavieira Nordestina delimitada pela pesquisa. Vale a pena destacar o Brejo Paraibano como a única área onde a participação da cana no conjunto das combinações agrícolas regionais declinou para níveis inferiores a 20%. Esse fato, porém, não pode ser atribuído à redistribuição fundiária ali realizada, mas exclusivamente à crise que se abateu sobre a atividade com o fechamento por falência de todas as usinas e destilarias da região, a partir de 1990. Todos os PA's, ali criados, surgem como fruto desse processo.

Paralelamente ao retrocesso da atividade canavieira, observou-se o crescimento da produção de alimentos básicos na região. A análise dos dados secundários permite identificar além da tendência de expansão das lavouras alimentares tradicionais, o surgimento e/ou expansão de novas combinações agrícolas, em particular da fruticultura irrigada, com destaque para o maracujá, o mamão e a banana.

A pesquisa de campo realizada nas três sub-regiões que compõem o universo da pesquisa, entre maio e julho de 2000, confirma tanto o forte retraimento da lavoura canavieira como as tendências de expansão e diversificação das lavouras alimentares apontadas pelos dados secundários. Ela permitiu identificar na base dessa diversificação a expansão de outras culturas, além das indicadas pelos dados da publicação Produção Agrícola Municipal (PAM-IBGE), tais como acerola, melancia, graviola, caju, limão, cajá, araçá, pitanga, amendoim e produtos da horticultura. Essa diversificação de culturas alimentares foi

fortemente influenciada pela assistência técnica, principalmente a prestada pelo Projeto Lumiar, como confirmam inúmeros depoimentos a exemplo dos citados abaixo.

"O Projeto Lumiar trouxe a idéia de diversificar a produção e nós fizemos um projeto para plantar caju irrigado e também introduzimos o amendoim, além dos cultivos tradicionais" (depoimento de Edvaldo Batista do Nascimento, assentado do Projeto Massangana III – Cruz do Espírito Santo. PA Massangana III – 13/06/2000).

"Com o Projeto Lumiar, nós introduzimos o maracujá e a graviola, além do pimentão" (depoimento de Severino, assentado do Projeto Nova Vida. PA Nova Vida, 8/06/2000)

Na safra de 1998/1999, em que pesem as restrições impostas pela seca que atingiu a região Nordeste alcançando a Zona da Mata e o Brejo da Paraíba, e pelo atraso no repasse do crédito de custeio verificado em todos os Projetos de Assentamento pesquisados, a área cultivada com os produtos alimentares (lavouras temporárias e permanentes, aí incluídos o abacaxi e o coco-de-praia) nos PA's representou 57,1% do total da área cultivada com alimentos em 1998, no conjunto dos municípios que compõem as sub-regiões da Zona Canavieira do Nordeste. Isto, mesmo considerando-se o baixo grau de incorporação tecnológica e a sua quase que total submissão às condições naturais. Convém chamar a atenção para a "submancha" da Zona da Mata Paraibana, onde a área dos PA's cultivada com alimentos, representava mais de 92% da superfície total nela plantada com alimentos.

Outro aspecto indiscutível é o fato de que, com raras exceções (como no caso do PA Samba, situado em Maragogi-AL, onde a banana ocupa mais de 90% da área plantada pelos entrevistados), as culturas mais importantes produzidas nas áreas de assentamento da Zona da Mata da Paraíba, de Pernambuco e do Brejo Paraibano ainda são os tradicionais alimentos básicos da

Espaço agrário,  
movimentos  
sociais  
e ação fundiária  
na zona canavieira  
do Nordeste

Marilda A.  
de Menezes  
Emília Moreira  
Ivan Targino

região: a mandioca (principal produto, em grande parte utilizada para a produção da farinha), seguida do feijão e do milho. Na safra de 1998/1999, esses três produtos ocuparam 52,0% do total da área plantada pelos entrevistados nos 25 PA's que foram investigados na Zona Canavieira do Nordeste. Em quatorze deles<sup>16</sup>, o peso da área plantada com essas lavouras em relação à área plantada total foi superior a 70%.

Sem perder de vista que o movimento de crescimento-retração da produção de alimentos em áreas de tradição canavieira guarda uma relação muito forte com o processo de expansão-retração da atividade sucro-alcooleira, é inegável que na Zona Canavieira nordestina ele vem, atualmente, sofrendo a influência da ampliação do número de áreas reformadas e, conseqüentemente, do modelo de agricultura prevalente nestas áreas.

Contudo, é preciso chamar a atenção para o fato de que ainda é pouco representativa a área cultivada com alimentos dos PA's no total da área agrícola regional e de suas subunidades espaciais. Apesar da safra de 1998/99, como já foi mencionado, não ser a ideal para efeito comparativo, não resta dúvida que os impactos da produção de alimentos promovidos pela expansão dos assentamentos ainda não conseguem impor uma reversão ampla das formas de uso do solo na região. A cana ainda se mantém como a forma de uso de recurso dominante e sua presença na paisagem só foi substituída pela produção alimentar nas áreas de mais forte concentração dos PA's.

No que tange à produção pecuária, verificou-se que: a) a criação de gado é pouco praticada, destacando-se apenas no Brejo Paraibano, onde a produção dos assentamentos representa 21,5% do total da produção animal da região; b) é pequena a produção de ovinos e caprinos, destacando-se também o Brejo, onde a produção dos PA's representa 20,3% do total do rebanho; c) a criação de aves sobressai pelo maior número de cabeças em todos

os municípios estudados; d) não é uma prática comum a criação de suínos pelos assentados.

De uma forma geral, é ainda muito baixo o nível da produção animal. Isto pode ser atribuído ao insuficiente nível de capitalização dos produtores no momento de sua instalação no assentamento. Dois outros elementos reforçam essa limitação, a saber: o pequeno tamanho dos lotes e a construção de agrovilas que impõe uma separação entre o lugar de morada e o lugar de trabalho, dificultando os cuidados que a criação exige. Não se deve esquecer também que os dois anos de seca ocorridos, no final dos anos 90, contribuíram para reduzir os rebanhos.

Por outro lado, a posse de animais, além de ser um elemento de diferenciação interna entre os produtores, é também considerada pelos mesmos como uma poupança que garantiria o pagamento dos empréstimos efetuados. Daí porque foi constatado, através de vários depoimentos, na pesquisa de campo, que vários assentados reservam uma parte dos empréstimos de custeio para a aquisição de animais.

Em alguns assentamentos, como em Massangana I e II na Zona da Mata Paraibana, foram registradas referências à realização de empréstimos pelos agricultores para a expansão da caprinocultura. Verificou-se ainda a ampliação da produção de ovinos e caprinos, particularmente dos caprinos, nas áreas de assentamento, seja estimulada pela orientação técnica seja por projetos desenvolvidos em parceria com instituições governamentais (como é o caso da UFPB) e não governamentais.

### 3. Impactos sobre o espaço urbano e sobre as condições de vida da população

A criação dos assentamentos rurais na Zona Canavieira do Nordeste, responsável por transformações na organização do espaço agrário conforme visto no item anterior, também impõe importantes repercussões no espaço urbano. Essas repercussões restringem-se, porém, a alguns municipi-

Espaço agrário,  
 movimentos  
 sociais  
 e ação fundiária  
 na zona canavieira  
 do Nordeste

Marilda A.  
 de Menezes  
 Emília Moreira  
 Ivan Targino



os em torno dos quais se concentra um número importante de assentamentos ou naqueles em que os assentados são oriundos de outras áreas, o que contribui não só para o aumento da população rural como para a ampliação da demanda por bens e serviços. Em vários municípios, no entanto, o impacto local é ainda pouco percebido. É o caso daqueles onde a criação dos assentamentos resultou da luta de resistência de antigos moradores ou posseiros já instalados no imóvel há longa data, como em Areia no Brejo Paraibano, e naqueles onde os assentamentos fazem fronteira com outros municípios de economia mais dinâmica, como é o caso dos situados em Cruz do Espírito Santo, na "submancha" da Zona da Mata da Paraíba.

As informações obtidas em municípios polarizados pelos assentamentos dão conta das seguintes mudanças atribuídas à criação de assentamentos rurais tanto nos próprios municípios como em municípios vizinhos:

a) dinamismo do comércio através do aumento da demanda por produtos farmacêuticos, por insumos agrícolas, por produtos de vestuários e alimentícios.

Em Pedras de Fogo e Alhandra, na Zona da Mata da Paraíba, a maioria dos entrevistados referenciou que a criação dos assentamentos contribuiu para dinamizar o comércio local. Eles atribuem o aumento do número de casas comerciais e o crescimento das vendas à melhoria tanto do padrão de renda da população assentada como da distribuição de renda no município. Alguns depoimentos explicitam tais argumentos.

"Com a criação dos assentamentos o comércio da cidade melhorou. Esse pessoal com dinheiro compra diretamente em nossas lojas, melhorando o comércio. As pessoas que têm um poder de compra maior vai comprar em João Pessoa. Depois que eu cheguei (1999), abriu outras duas lojas. Eles compram diretamente em minha loja e com a criação dos assenta-

mentos a população aumentou, conseqüentemente meus negócios" (depoimento de Ieda Ribeiro de Matos, proprietária da Loja da Margarida especializada no comércio de calçados, confecções e miudezas. Pedras de Fogo, outubro/2000).

"Com a criação dos assentamentos, o comércio melhorou. As pessoas não precisam ir para fora para comprar. A feira livre cresceu e o número de farmácias aumentou: antes só tinha três e hoje o município tem sete. Hoje a cidade tem mais gente e com isso meus negócios aumentaram" (depoimento do Sr. Edilson Jerônimo de Melo proprietário da Farmácia Central. Pedras de Fogo, outubro/2000)

"Com a criação dos assentamentos melhorou o comércio porque aumentou o número de casas comerciais e melhorou o meu negócio porque aumentou o movimento em meu mercadinho" (depoimento da Sra. Vânia Célia B. da Silva, proprietária de um mercadinho. Alhandra, outubro/2000).

"O comércio melhorou. Antes só existia mercearia, hoje a cidade tem lojas de móveis, ferragens, material de construção, farmácia, etc. Contribuiu para que eu abrisse meu negócio. Se não fossem os assentamentos, eu não estava aqui. O melhor dia da semana é o dia de feira; é quando os assentados vêm comprar mais" (depoimento do Sr. Severino Rufino Santana Neto, proprietário da loja de produtos agropecuários "Comercial Ferreira Costa". Alhandra, outubro/2000).

A criação dos assentamentos é vista ainda como atenuadora da crise do comércio gerada pelo fechamento de usinas de açúcar, a exemplo do ocorrido em Sapé com o fechamento da usina Santa Helena.

"Com a criação dos assentamentos, melhorou o comércio, a venda dos produtos aumentou e houve um crescimento das casas comerciais que vendem remédios, material de construção e produtos agrícolas. Foram abertas sete casas de produtos agrícolas, seis farmácias e muitas casas comerciais. Com o fechamento da usina, se não fossem os assentamentos, acho

Espaço agrário,  
movimentos  
sociais  
e ação fundiária  
na zona canavieira  
do Nordeste

Marilda A.  
de Menezes  
Emília Moreira  
Ivan Targino

que Sapé teria parado pois a usina é que trazia trabalhador de fora para dar força ao comércio. Sem ela e sem assentamento, talvez eu também tivesse hoje sem trabalho” (depoimento do Sr. Armando Pedrosa, funcionário da Farmácia Central. Sapé, outubro/2000).

Um problema apontado por alguns entrevistados refere-se ao impacto do grau de endividamento de alguns PA's sobre as atividades comerciais. Em Alhandra-PB, o processo de endividamento de alguns assentamentos tem promovido impactos negativos sobre o comércio, pois os assentados sem crédito e sem recursos retraíram seu consumo (TARGINO et alii: 2002).

b) expansão e diversificação da oferta de produtos nas feiras livres.

Este aumento é atribuído à convergência da produção dos assentamentos para as sedes dos municípios polarizadores da área onde se situam os PA's. Essa produção é comercializada tanto pelo próprio assentado como e, sobretudo, por outros feirantes que a adquirem de atravessadores. Em todos os assentamentos pesquisados, foi evidenciado o crescimento do número de atravessadores, muitos deles assentados, o que representa um elemento de diferenciação interna. Algumas feiras especiais foram criadas no interior de alguns centros urbanos pelas prefeituras, a exemplo da “Feira do Pequeno Produtor”, no município de Barreiros na Zona da Mata Sul de Pernambuco, voltada para a comercialização da produção dos assentados. Verificou-se que a produção de alguns assentamentos, pela sua qualidade, tem atingido feiras de centros urbanos maiores, a exemplo da macaxeira produzida nos assentamentos Pitanga I e II (situados entre Igarassu e Abreu e Lima na Zona da Mata Norte de Pernambuco) que é comercializada por atravessadores em Recife. Alguns entrevistados foram unânimes em atribuir à criação dos assentamentos o aumento da oferta de mercadorias, a queda dos preços dos gêneros alimentícios, o crescimento

do espaço físico ocupado pela feira e até a melhoria da qualidade dos produtos ofertados. Há quem faça referência ao aumento do tempo de funcionamento da feira e à ampliação dos dias de sua ocorrência. Essas mudanças são atribuídas ao aumento do fluxo de consumidores, decorrente do aumento da população vinda de fora para os assentamentos, e à melhoria do poder aquisitivo dos assentados. Alguns feirantes se ressentem da concorrência dos seus produtos com os dos assentados e afirmam não ter condições de fazer concorrência com os preços por estes praticados.

Além desses aspectos, vale a pena destacar a integração dos municípios através da comercialização da produção dos assentamentos nas diferentes feiras e a disputa entre cidades vizinhas pela produção dos assentados e pelo lugar de consumo dos mesmos (exemplos de Goiana em Pernambuco e Alhandra na Paraíba).

É importante também mencionar o aumento da pressão sobre a demanda de serviços, sobretudo nas áreas de assistência técnica, de educação e de saúde. Foi referenciado, também pelos entrevistados, o aumento da frota de automóveis de aluguel para transportar os assentados da área de assentamento para a cidade e desta para os assentamentos e da frota de moto-táxi, também muito utilizada pelos assentados em todos os municípios pólos pesquisados.

Os impactos acima descritos são mais significativos uma vez que têm contribuído para minorar os efeitos negativos da crise da atividade sucro-alcooleira sobre a economia urbana regional. O acesso mais fácil ao crédito de custeio e de investimento por parte dos trabalhadores assentados tem desempenhado um papel de destaque na criação e no fortalecimento da demanda dirigida para o comércio urbano desses municípios.

As constatações acima feitas permitem reafirmar a importância da pequena produção familiar para a dinamização das atividades urbanas nas cidades de peque-

Espaço agrário,  
 movimentos  
 sociais  
 e ação fundiária  
 na zona canavieira  
 do Nordeste

Marilda A.  
 de Menezes  
 Emília Moreira  
 Ivan Targino

no e médio porte da zona canavieira do Nordeste. Essa importância será ainda maior a depender do grau de integração que a produção reformada venha a ter com o mercado, impondo um maior grau de monetarização nas relações econômicas.

No que se refere aos impactos da criação dos assentamentos sobre as condições de vida, alguns aspectos infra-estruturais são apontados pela maioria dos assentados como conquistas positivas no quadro em que se circunscreve as suas vidas, tais como:

a) o acesso à energia elétrica. A energia elétrica está presente em vinte e dois dos vinte e cinco assentamentos pesquisados (88% do total), de forma parcial ou total. Em sete PA's, todos os lotes são servidos pela energia elétrica; em oito, a maioria dos lotes já está interligada à rede de energia elétrica e em quatro PA's, são raros os lotes com energia. Alguns poucos projetos de origem mais recente, como Dona Helena em Cruz do Espírito Santo e Amaraji em Rio Formoso, encontravam-se, em 2000, totalmente sem atendimento de energia elétrica. É importante destacar que na grande maioria dos PA's, o serviço de energia elétrica foi instalado após sua criação (em cerca de 70% dos PA's), regra geral após reivindicação junto aos governos dos estados. Nos PA's sem energia ou parcialmente eletrificados, as formas de iluminação utilizadas são principalmente o lampião a gás e a tradicional lamparina a querosene;

b) a introdução de certos confortos da cidade no cotidiano das famílias assentadas, tais como: água encanada e telefone. O abastecimento d'água dos assentamentos, embora ainda precário, é considerado por muitos assentados como uma melhoria importante na sua condição de vida. A maioria dos assentamentos da Zona da Mata Paraibana e alguns da Zona da Mata de Pernambuco possuem água encanada. As fontes de abastecimento d'água mais importantes são: o poço artesiano e o poço comum. O poço artesiano foi encontrado

em onze assentamentos (44% do total), seja como única fonte (em quatro, isto é em 16% dos PA's) seja ao lado de outras fontes. O poço comum é utilizado como única fonte de abastecimento em sete PA's (os três do Brejo Paraibano; três da Zona da Mata de Pernambuco e um da Zona da Mata Paraibana). Os sistemas de cacimba e de cacimbão são bastante difundidos. A ligação com a rede pública de abastecimento d'água é rara (apenas dois PA's). Embora se constate a presença de açudes, sua água só é usada para limpeza pesada e para os animais. O número de PA's com telefones comuns é pequeno, apenas seis (24% do total), sendo cinco com "orelhões" e um com posto telefônico. Vem se difundindo entre os assentados o uso de aparelhos celulares. Em vinte PA's, constatou-se pelo menos um assentado com celular. Em Massangana I, no município de Cruz do Espírito Santo, foi onde se encontrou o maior número de assentados com celular (dez).

c) a interiorização dos serviços de saúde favorecendo tanto as comunidades assentadas como as vizinhas. Em cinco assentamentos (20% do total), existem postos de saúde, todos instalados após a criação do assentamento, entre 1997 e 2000, como resposta a ações reivindicatórias por parte dos assentados. Todos os assentamentos pesquisados possuem pelo menos um agente de saúde pago pela prefeitura no âmbito do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Em vinte PA's foram localizados vinte e nove agentes de saúde. De modo geral, não há atendimento médico permanente nos assentamentos. Todavia, em sete PA's (28% do total), a prefeitura local viabiliza o atendimento médico-odontológico com periodicidade que varia de mensal a semanal. Os médicos consultam, passam requisições para exames e emitem receitas. São médicos clínicos gerais que atuam também em algumas especialidades. Só foi constatada a presença de enfermeiras no assentamento Massangana III na Zona da Mata da Paraíba, que estava

Espaço agrário,  
movimentos  
sociais  
e ação fundiária  
na zona canavieira  
do Nordeste

Marilda A.  
de Menezes  
Emília Moreira  
Ivan Targino

desenvolvendo um projeto muito interessante na área de saúde com a instalação de um laboratório de produção de medicamentos naturais que deverão ser distribuídos para os PA's da região.

d) a ampliação do atendimento escolar e melhoria das condições infra-estruturais. Em junho de 2000, foram identificadas trinta e cinco escolas em vinte e três Projetos de Assentamento (92% do total), todas de ensino fundamental, sendo vinte e três multiseriadas (65,7%); vinte de 1ª a 4ª série (57,1%); uma de primeira série; uma pré-escola, e; uma de nível não identificado. Em apenas três PA's (12% do total), as escolas não eram multiseriadas: Redenção e União em Areia e Nova Vida em Pitimbu. Dezesete PA's informaram a data da criação de vinte escolas neles existentes. Destas, onze foram instaladas depois da criação dos assentamentos, sendo que três funcionam em salas de aula improvisadas, seja em casas da agrovila seja na antiga casa sede da propriedade. Dos 23 Assentamentos que possuem escola, 10 atendem também a alunos de fora do assentamento. As escolas são, na maioria dos casos, de fácil acesso e localizam-se ou no centro das agrovilas ou nas proximidades, permitindo o acesso a pé ou de bicicleta. Nas áreas de mais difícil acesso, o transporte escolar é garantido pelas prefeituras (caso de oito assentamentos). Observou-se que em dezenove PA's (82,6% dos que possuem escola) é a Prefeitura quem mantém a escola; em dois (8,7%) é o Governo do Estado, e; em um (4,3%) a manutenção da escola é partilhada entre a Prefeitura, o Governo do Estado e uma ONG. Algumas escolas são construções recentes, razoavelmente bem equipadas, dispondo inclusive de bibliotecas. Todas contavam com serviço de merenda escolar. Nos casos onde não havia escolas, os estudantes estudavam na sede do município, nas vilas/distritos ou outras zonas rurais próximas. A segunda fase do ensino fundamental e o segundo grau são ofertados apenas pelas escolas existentes nas sedes dos mu-

nicipios. Para freqüentá-las, os estudantes dos assentamentos utilizam-se de transporte cedido pelas prefeituras. É importante assinalar a presença de quinze projetos de educação de jovens e de adultos nos assentamentos. Desses, sete eram patrocinados pelo Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA), sendo um em parceria com o Programa Comunidade Solidária; dois eram patrocinados pelas Prefeituras em parceria com o Projeto Comunidade Solidária; dois eram de inteira responsabilidade das Prefeituras; dois eram desenvolvidos por Universidades, e; dois por ONG's locais, a exemplo do Serviço de Educação Popular da Diocese de Guarabira na Paraíba.

É importante destacar que apesar dos avanços obtidos nas condições infra-estruturais, a questão do saneamento básico é ainda muito precária nas áreas de assentamento. À exceção de três PA's, onde a fossa asséptica era comum a todas as moradias (PA Samba, na Zona da Mata de Pernambuco e os PA's Itabatinga e Apasa na Zona da Mata da Paraíba), nos demais ou se utilizava unicamente a fossa comum (seis PA's) ou ainda podia-se verificar situações mistas com algumas moradias não possuindo nenhum tipo de fossa ao lado de outras que tinham fossa comum ou asséptica. Em dezesseis assentamentos, algumas moradias não tinham nenhum tipo de fossa e em três deles, Esperança e Redenção em Areia no Brejo Paraibano, e Engenho Cipó em Rio Formoso, não existia fossa. Os esgotos a céu aberto ainda são comuns tanto nestas áreas como naquelas onde o sistema de fossa não é generalizado. Isto constitui sem dúvida um risco tanto para a saúde da população como para o ambiente.

Outros aspectos são ressaltados como positivos para a melhoria da condição de vida dos assentados:

- a integração da ação dos municípios e até de estados para a construção de estradas ou sua recuperação;
- a melhoria das condições de alimen-

Espaço agrário,  
 movimentos  
 sociais  
 e ação fundiária  
 na zona canavieira  
 do Nordeste

Marilda A.  
 de Menezes  
 Emília Moreira  
 Ivan Targino

tação e de renda. Do total de entrevistados, 74% declararam que o padrão alimentar melhorou depois da formação dos assentamentos. Verificou-se um aumento da renda, através do aumento do poder de compra. Do total dos entrevistados, 69% declararam ter melhorado o poder de compra depois de assentado. A aquisição de bens reforça tal avaliação uma vez que 69% dos entrevistados afirmaram ter transporte próprio, sendo que destes, 84% adquiriram depois da formação do assentamento. Equipamentos domésticos como televisão, freezers, máquina de lavar e antena parabólica foram na sua grande maioria adquiridos pelos entrevistados depois de assentados. A aquisição de geladeira também aumentou consideravelmente (74% dos que possuem adquiriram após o assentamento);

- a melhoria dos padrões de moradia. Antes da criação dos assentamentos, 44% dos entrevistados moravam em casa de tijolo ou bloco; depois da criação dos assentamentos esse percentual passou para 95%; 13% das moradias eram de um único cômodo e 11% de dois cômodos. Nos assentamentos da região, casas desses tamanhos representam menos de 1% do total,

predominando as casas com mais de quatro cômodos. O número de casas com sanitários também é expressivo (81% do total das casas dos entrevistados possuem banheiro ou sanitário).

Alguns depoimentos atestam a avaliação que fazem os entrevistados de melhoria das suas condições de vida depois de assentados:

"Melhorou a vida demais. Agente trabalhando não falta comida na mesa e dinheiro na mão. Tem uns 4 carros e muitas motos no assentamento". (depoimento de Josefa Paulino Pereira, assentada do PA Vida Nova, liderança durante a luta. PA Vida Nova -Sapé, 15/06/2000).

"Com os assentamentos e nossa luta conseguiu-se iluminar a terra, as estradas que eram intransitáveis, nós luta e consegue melhoras, aumentou o movimento na praça e no comércio de Alhandra, deu mais emprego, pois tem mais agente de saúde e professor por nossa causa" (depoimento de Luis Nascimento de Souza, Presidente da Associação de Produtores Rurais do Assentamento Sede Velha do Abiaí. Sede Velha, Pitimbu, 08/06/2000).

Espaço agrário,  
movimentos  
sociais  
e ação fundiária  
na zona canavieira  
do Nordeste

Marilda A.  
de Menezes  
Emília Moreira  
Ivan Targino

## Considerações finais

A análise efetuada permite que se estabeleçam as seguintes considerações:

a) a incidência da ação fundiária do Estado sobre a estrutura fundiária deu-se de forma diferenciada nas sub-áreas pesquisadas em virtude da diferente incidência da ação desapropriatória. Chama a atenção o caso do município de Espírito Santo na Zona da Mata Paraibana, onde o coeficiente de Gini reduziu-se praticamente pela metade. No entanto, apesar da intensificação da política fundiária, ela ainda não foi suficiente para reverter o alto grau de concentração da propriedade fundiária na Zona Canavieira do Nordeste;

b) embora ainda permaneça o domínio da cana-de-açúcar sobre o sistema de uso dos recursos regionais, observa-se que a instalação dos PA's contribuiu para quebrar o monopólio secular da cana sobre a paisagem. Destaca-se, no entanto, que apesar do esforço para se introduzir novas culturas (em particular a fruticultura), ainda prevalecem nas áreas de assentamento as lavouras alimentares tradicionais. Esse é um aspecto preocupante, dada a fragilidade do mercado dessas culturas e a pouca agregação de valor que elas admitem. Tal

utilização das terras permite levantar dúvidas a respeito da capacidade de auto-sustentação da pequena produção reformada na área em estudo;

c) a presença dos PA's tem contribuído para o fortalecimento da economia urbana das cidades com as quais mantêm maiores ligações. Estas influências se dão tanto em virtude do crescimento da demanda por produtos nelas comercializados quanto pelo provimento de bens gerados nos assentamentos, contribuindo para o adensamento das feiras locais;

d) por fim, destaca-se a importância da instalação dos assentamentos na melhoria dos serviços públicos disponibilizados para a população assentada, principalmente aqueles relacionados à educação, à saúde e à infra-estrutura básica (água, eletricidade, estradas e transportes).

O estudo, ainda que se referindo a uma área limitada, traz evidências da importância da democratização do acesso a propriedade fundiária para o adensamento do uso econômico da terra, para a melhoria da base distributiva da renda e para o melhoramento das condições econômicas e sociais da população rural.

Espaço agrário,  
 movimentos  
 sociais  
 e ação fundiária  
 na zona canavieira  
 do Nordeste

Marilda A.  
 de Menezes  
 Emília Moreira  
 Ivan Targino

## Bibliografia

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. Os impactos regionais dos assentamentos rurais no Brasil. In: Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafo. João Pessoa: 2002. CD-Rom.

ANDRADE, M.C.de. A terra e o homem no Nordeste. São Paulo: Ed. Atlas, 1986.

BEZERRA, Gregório. Memórias – Segunda parte: 1946-1969. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

Boletim Democracia na Terra, n.º 7, 1992.

CABRAL, P.E.T. "A constituição do mercado de trabalho semi-assalariado na lavoura canavieira de Pernambuco". In: Nordeste rural: a transição para o capitalismo. Recife: Ed. Universitária, 1987.

CAMARGO, Regina A. Leite. Da luta pela terra à luta pela sobrevivência na terra: a realidade dos Assentamentos na Paraíba. João Pessoa: Dissertação de Mestrado. MCS/UFPB, 1994.

CASTRO, Josué de. A geografia da fome. Rio de Janeiro: Editora O Cruzeiro, 1946.

CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto, como o caso foi. Recife: Guararapes, 1980.

DABAT, Christine Rufino e GUIMARÃES NETO, Leonardo. Zona da Mata: Emprego, relações de trabalho e condições de vida. Recife: SEPLAN/ PR - IICA, 1993.

GESTAR. Saúde e trabalho na zona rural da Paraíba: o caso de Sapé. João Pessoa: Relatório de Pesquisa, 1985.

GORENDER, J. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

IBGE. Censos Agropecuários da Paraíba, Pernambuco e Alagoas de 1980, 1985 e 1995. Rio de Janeiro: diversos anos.

IBGE. Produção Agrícola Municipal dos Estados da Paraíba, de Pernambuco e de Alagoas. 1990 a 1998. Rio de Janeiro: diversos anos.

INCRA. Relação das áreas desapropriadas na Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

1965-2000. Brasília: INCRA, 2000.

INCRA. Relação dos Projetos de Assentamento criados na Paraíba, Pernambuco e Alagoas. 1985-2000. Brasília: INCRA, 2000.

LEMONS, Francisco de Assis. Nordeste, o Vietnã que não houve: ligas camponeses e o golpe de 64. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina / Editora da UFPB, 1996.

MELO, Mário Lacerda de. O açúcar e o homem no Nordeste. Recife: IJNPS, 1975.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Demonstrativo das áreas desapropriadas, 1965 –2000. Brasília: s./d.

MOREIRA, Emilia. Organisation agraire du Brejo Paraibano. Paris: Mémoire de Maîtrise. Universidade de Paris X, Nanterre, 1980.

\_\_\_\_\_. Por um Pedacço de Chão. João Pessoa: Editora Universitária. Vol.I e Vol II, 1997.

MOREIRA, Emilia et alii. Impactos Regionais da Reforma Agrária: o caso da Zona canavieira do Nordeste. Relatório Parcial de Pesquisa. João Pessoa: CPDA/UFRRJ/ Nuap/PPGAS/Museu Nacional/UFRJ/ Redes/IICA/Nead, abril de 2000.

\_\_\_\_\_. Os caras pintadas de suor e da fuligem da cana. João Pessoa: Relatório técnico de pesquisa. DGEOC/ UFPB/CNPq, 1995.

\_\_\_\_\_. Crise do Proalcool e emprego rural na Paraíba. João Pessoa: Relatório de Pesquisa. UFPB/CNPq, 1997.

MOREIRA, Emilia e TARGINO, Ivan. Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba. João Pessoa: Ed. Universitária, 1997.

NEAD. Relação das áreas de Assentamento. Paraíba, Alagoas e Pernambuco. Brasília: 1985-2000.

PAIVA, Maria das Dores; LUCENA, Iveline. CEPLAR. João Pessoa: A União, 1996.

SAMPAIO, Yony, FERREIRA IRMÃO, José, MAIA, Gustavo. In PIMES. Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro. Recife: Sudene, 1984.

Espaço agrário,  
 movimentos  
 sociais  
 e ação fundiária  
 na zona canavieira  
 do Nordeste

Marilda A.  
 de Menezes  
 Emilia Moreira  
 Ivan Targino

SEDUP. Condições de vida e trabalho dos assalariados da cana no Brejo Paraibano. Guarabira: Relatório de Pesquisa, 1985.

SIGAUD, Lygia. Os Clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. Rio de Janeiro: 1979.

STEDILE, João Pedro. A luta pela refor-

ma agrária e o MST. In STEDILE, João Pedro. A reforma agrária e a luta do MST. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

TARGINO, Ivan et alii. O processo de endividamento dos assentados na Paraíba. João Pessoa: CME/UFPB, Texto para Discussão, 2002.

VEIGA, José Eli, O que é Reforma agrária. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Espaço agrário,  
movimentos  
sociais  
e ação fundiária  
na zona canavieira  
do Nordeste

Marilda A.  
de Menezes  
Emília Moreira  
Ivan Targino



Notas

<sup>1</sup> Atividade conjunta desenvolvida pelo Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), e pelo Núcleo de Antropologia da Política, do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Nuap/PPGAS/Museu Nacional/UFRJ), a partir de um convênio firmado entre a Rede Desenvolvimento, Ensino e Sociedade (Redes) e o Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (IICA/Nead). A pesquisa foi coordenada em nível nacional por Beatriz Heredia, Leonilde Medeiros, Moacir Palmeira, Sérgio Leite e Rosângela Cintrão. Em nível do Nordeste foi coordenada por Emilia Moreira, Marilda Aparecida de Menezes e Ivan Targino.

<sup>2</sup> O Brejo Paraibano possui algumas diferenciações em relação ao domínio canavieiro da Zona da Mata. Entre essas diferenciações podem ser apontadas: o retardo no processo de povoamento (século XVII); produção de rapadura e de aguardente voltada para o mercado interno; uso mais diversificado do solo, compartilhando o espaço com culturas de subsistência e, ciclicamente, com outras culturas comerciais; menor grau de concentração fundiária (MOREIRA: 1980).

<sup>3</sup> Para uma análise mais detalhada da organização desse espaço e das mudanças aí processadas veja: ANDRADE (1986), MELO (1975); CABRAL (1987); MOREIRA e TARGINO (1997), GORENDER (1987), DABAT e GUIMARÃES NETO (1993). As mudanças nas relações sociais de produção estão, por sua vez, relacionadas com transformações tanto na base técnica da produção quanto na organização política da sociedade brasileira.

<sup>4</sup> A alta concentração fundiária é confirmada pelo índice de Gini da ordem de 0,85 em 1995. A situação de pobreza da popula-

ção trabalhadora da Zona Canavieira nordestina tem sido objeto de vários estudos, dentre os quais podem ser destacados: CASTRO (1946), ANDRADE (1986), SEDUP (1985), GESTAR (1985), MELO (1975).

<sup>5</sup> Para uma discussão mais aprofundada da exploração do trabalho na atividade canavieira veja: GESTAR (1985), MOREIRA et alii. (1995 e 1997) e SIGAUD (1979).

<sup>6</sup> Para uma descrição detalhada da repressão que se abateu sobre o campo nordestino nessa época veja: CAVALCANTI (1980); BEZERRA (1980); LEMOS (1996); PAIVA (1996).

<sup>7</sup> As propriedades que integravam a Grande Alagamar (Alagamar e Piacas - desapropriadas em 1978 e 1979; Maria de Melo e Santo Antonio adquiridas pelo Incra com recursos do Proterra e do Funterra em 1980, todas no Agreste Baixo do Estado da Paraíba, no município de Salgado de São Félix), e os imóveis Mucatu, Garapu e Andreza, na Zona da Mata, desapropriadas em 1976 e que deram origem a um único Assentamento, o de Mucatu, com sede no município de Alhandra (MOREIRA: 1997, vol. I). De forma muito tímida atuaram também na área fundiária através do repasse de recursos para aquisição de terras em conflito, o Procanor e o Funterra. Na Paraíba, os recursos do Proterra e do Procanor foram utilizados pelo Instituto de Terras do Estado para a aquisição de alguns poucos imóveis em conflito na região do Brejo Paraibano (Engenho Mares, Proterra, 1984; Fazenda Quitéria, Proterra, 1984; Fazenda Cachoeira Pedra D'Água, Proterra, 1985, o que resultou no assentamento de apenas 150 famílias (MOREIRA: 1997, vol.II). Na Zona da Mata, foram adquiridos com recursos do Proterra / Funterra os imóveis Gurugi I (1982) e Paripe III (1983); Camucim (já em 1986) e Salgadinho (Funterra, 1988) o que resultou no assentamento de mais 150 famílias (MOREIRA: 1997, vol. I).

Espaço agrário, movimentos sociais e ação fundiária na zona canavieira do Nordeste

Marilda A. de Menezes  
Emilia Moreira  
Ivan Targino

<sup>8</sup>Boletim "Democracia na Terra", nº7,1992

<sup>9</sup> A escolha de um banqueiro e proprietário fundiário para dirigir o Ministério da Agricultura, pasta à qual estava subordinado o INCRA, é um bom indicativo da "prioridade" atribuída à política de reforma agrária no início da administração FHC.

<sup>10</sup> Excluindo-se o PIC- Caxangá pelo caráter de Projeto de Colonização que o caracterizou, tem-se 168 Projetos criados no período.

<sup>11</sup> Segundo os dados colhidos pela pesquisa eles ocupam 21.339,17 hectares e envolvem 3.611 famílias.

<sup>12</sup> Está-se contabilizando aqui apenas os assentamentos para os quais se obteve informação.

<sup>13</sup> Inclusive o Pic Caxangá, criado como Projeto de Colonização.

<sup>14</sup> Aqui compreendidos todos os Assen-

tamentos que foram criados através da intervenção do Governo Federal, mesmo os Projetos de Colonização e os Projetos já emancipados.

<sup>15</sup> Não obstante se reconheçam os limites dessa metodologia, até porque os conceitos de estabelecimento e imóvel rural são distintos, o que dificulta análises comparativas, ela serviu para demonstrar o aumento do número de pequenos produtores e para apontar tendências no padrão de concentração fundiária.

<sup>16</sup> PA's Pitanga em Goiana; Esperança, Redenção e União em Areia; Massangana I, Massangana II e Massangana III em Cruz do Espírito Santo; Pitanga II em Igarassu; Pau Amarelo em Maragogi; Nova Aurora em Pedras de Fogo; Apasa em Pitimbu; Amaragi em Rio Formoso e Boa Vista e Vida Nova em Sapé.

Espaço agrário,  
movimentos  
sociais  
e ação fundiária  
na zona canavieira  
do Nordeste

Marilda A.  
de Menezes  
Emília Moreira  
Ivan Targino